

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA: O REGIME JURÍDICO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE MEIO AMBIENTE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (APOIO UNIP)

Alunos: Nicholas H Zanelato de Souza e Thiago Araújo dos Santos

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Volante

Curso: Direito

Campus: Alphaville

A pesquisa teve como objetivo compreender o processo de incorporação de Tratados Internacionais de Meio Ambiente (TIMAs) pelo ordenamento jurídico brasileiro. Foi proposto analisar o desenvolvimento histórico do direito internacional público em matéria de direitos humanos e meio ambiente, bem como o debate teórico entre constitucionalistas para compreender os efeitos jurídicos da norma internacional sobre a legislação doméstica brasileira. No entanto, verificou-se que muitos acordos internacionais sobre meio ambiente não geram obrigações imediatas aos Estados nacionais, o que levou a uma discussão sobre os efeitos jurídicos da norma internacional no direito interno dos Estados. Ao delimitar o tema à Constituição Federal de 1988, observou-se que a carta magna traz a preocupação com o meio ambiente como direito fundamental e faz correspondência com os TIMAs. A Emenda Constitucional 45/2004 equiparou os tratados internacionais de direitos humanos ao nível hierárquico das normas constitucionais, enquanto a Constituição Federal equipara os direitos humanos com o meio ambiente. Essa equiparação é uma importante ferramenta para garantir a proteção do meio ambiente como um direito fundamental e reforça a importância da discussão sobre os efeitos jurídicos da norma internacional no direito interno dos Estados, especialmente em relação à proteção ambiental. Conclui-se que a incorporação de TIMAs no ordenamento jurídico brasileiro é fundamental para garantir a proteção ambiental e a promoção dos direitos humanos relacionados ao meio ambiente. Embora alguns acordos internacionais sobre meio ambiente não gerem obrigações imediatas aos Estados nacionais, a equiparação entre os direitos humanos e o

meio ambiente é uma importante ferramenta para a proteção ambiental e a promoção dos direitos humanos relacionados ao meio ambiente.